

RELATÓRIO

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

REVISÃO DO PLANO E LANÇAMENTO DE CONSULTA PÚBLICA



Iº DE DEZEMBRO

6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL

Parceria para Governo Aberto



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A, Ed. Multibrasil,
70.070-050, Brasília/DF

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

EVELINE MARTINS BRITO
Secretária-Executiva

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

FERNANDA ALVARES DA ROCHA
Corregedora-Geral da União

VALDIRENE PAES DE MEDEIROS
Ouvidora-Geral da União

MARCELO PONTES VIANNA
Secretário de Integridade Privada

PATRICIA ALVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Secretária de Integridade Pública

LIVIA OLIVEIRA SOBOTA
Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação

SUMÁRIO

Introdução.....	4
Sobre as edições dos Diálogos com a Sociedade Civil	5
4º Diálogo com a Sociedade Civil.....	6
Apresentação do Relatório de Análise do Progresso do Plano	7
Contribuições dos Participantes.....	12
Consulta Pública	12
Conclusão.....	17

Introdução

O [Diálogo com a Sociedade](#) é um canal permanente de comunicação e articulação criado para fortalecer a troca de informações, o engajamento e a participação social no âmbito do [6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto](#). A iniciativa tem como propósito ampliar a transparência sobre os resultados alcançados nos compromissos assumidos pelo Brasil perante a [Parceria para Governo Aberto \(OGP\)](#), bem como aproximar a sociedade civil dos processos de implementação, monitoramento e revisão do Plano.

Seu principal objetivo é oferecer um espaço periódico e estruturado de interação entre os diversos atores envolvidos ou interessados na agenda de governo aberto, com ênfase na participação ativa da sociedade civil. O Diálogo favorece a circulação de informações sobre o andamento dos oito compromissos do Plano, ao mesmo tempo em que cria oportunidades para questionamentos, contribuições, sugestões de aperfeiçoamento e apoio concreto às ações em andamento.

Incorporado como inovação metodológica do 6º Plano de Ação, o Diálogo com a Sociedade está alinhado aos Padrões de Participação e Cocriação da OGP, que orientam os países a garantirem oportunidades inclusivas, acessíveis e contínuas de envolvimento social durante todo o ciclo do plano, desde a construção até a implementação e a revisão.

O Diálogo também exerce papel central na implementação, no acompanhamento e agora na revisão do 6º Plano, composto pelos seguintes compromissos:

- Compromisso 1: Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura;
- Compromisso 2: Dados para o Enfrentamento Coletivo da Corrupção;
- Compromisso 3: Práticas Colaborativas para a Ciência e a Tecnologia (Ciência Aberta);
- Compromisso 4: Cultura de Acesso à Informação;
- Compromisso 5: Dados de Ações Afirmativas Étnico-Raciais;
- Compromisso 6: Educação Digital e Midiática para Pessoas Idosas;
- Compromisso 7: Melhores Serviços para a Agricultura Familiar;
- Compromisso 8: Participação Social e Educação Popular nos Territórios.

O 4º Diálogo com a Sociedade Civil foi realizado em um momento-chave do ciclo do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto: o [processo de revisão](#)



[intermediária do Plano](#), previsto para ocorrer após dois anos de sua implementação.

A metodologia de revisão do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto, orientada pelas diretrizes da OGP, tem como finalidade avaliar o progresso dos compromissos, identificar desafios, revisar prioridades e promover os ajustes necessários para assegurar maior efetividade das ações na segunda metade do ciclo de execução do Plano.

Conforme essa metodologia, o processo de revisão é desenvolvido em etapas complementares. Na primeira etapa, foi realizada uma avaliação abrangente da implementação dos compromissos, cujos resultados foram consolidados no Relatório de Análise de Progresso do Plano. A segunda etapa consiste na divulgação desses resultados de forma clara e acessível ao público, com o objetivo de ampliar a transparência e possibilitar que todos os interessados compreendam os achados da análise e contribuam com sugestões para o aprimoramento da implementação do Plano. Nesse contexto, o Diálogo com a Sociedade Civil e a consulta pública, lançada durante o evento, integram essa fase de comunicação e escuta social.

A consulta pública sobre a revisão do 6º Plano de Ação, disponibilizada na plataforma Brasil Participativo, teve como objetivo ampliar as oportunidades de participação social, permitindo que cidadãos, organizações da sociedade civil e demais interessados enviassem contribuições, sugestões e recomendações voltadas ao aperfeiçoamento dos compromissos e do processo de implementação do Plano.

Este relatório apresenta, inicialmente, um panorama das edições já realizadas do Diálogo com a Sociedade Civil e, na sequência, detalha as atividades, os resultados e as contribuições do 4º Diálogo com a Sociedade Civil. O documento também sistematiza as contribuições recebidas ao longo da consulta pública, de modo a registrar e dar transparência às manifestações da sociedade no processo de revisão do Plano.

Sobre as edições dos Diálogos com a Sociedade Civil

Desde sua criação, o Diálogo com a Sociedade Civil tem se consolidado como um espaço de participação, escuta e colaboração entre governo e sociedade no âmbito do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto. Cada edição buscou ampliar o alcance da iniciativa, diversificar o formato das interações e fortalecer a articulação entre diferentes atores envolvidos na implementação dos compromissos.

A [primeira edição](#), realizada em 20 e 21 de agosto de 2024, ocorreu em formato virtual e marcou o início da estratégia de engajamento contínuo do plano. Com cerca de 50 participantes por dia, os encontros reuniram representantes de



organizações da sociedade civil e de órgãos governamentais, promovendo diálogos produtivos e identificando oportunidades de aprimoramento das ações. Essa edição destacou-se por abrir caminho para uma interação mais frequente, direta e transparente entre os atores do plano.

A [segunda edição](#), realizada entre 3 e 6 de dezembro de 2024 durante o evento internacional *América Aberta*, adotou um formato inovador de oito painéis interativos — um para cada compromisso do Plano. O uso de facilitação gráfica, linguagem simples e recursos visuais acessíveis possibilitou maior compreensão dos compromissos e estimulou a participação do público geral. Com um fluxo aproximado de 1.200 pessoas, o espaço recebeu representantes de organizações internacionais, especialistas e cidadãos interessados na agenda de governo aberto, fortalecendo a troca de experiências e o aprendizado coletivo.

A [terceira edição](#), realizada em 4 de julho de 2025 na sede da CGU, ocorreu em formato híbrido e integrou a agenda da visita oficial da comitiva da Parceria para Governo Aberto (OGP) ao Brasil. Reunindo 115 participantes — entre representantes governamentais, organizações da sociedade civil, especialistas e membros da OGP — o encontro trouxe visibilidade internacional ao processo de acompanhamento do 6º Plano e reforçou a importância do diálogo contínuo para o aperfeiçoamento das ações.

A quarta edição, realizada em dezembro de 2025, aprofundou a dimensão de monitoramento e transparência, ao apresentar os resultados consolidados do Relatório de Análise de Progresso do 6º Plano e refletir sobre desafios, oportunidades e caminhos para a revisão do plano. Em formato virtual, o encontro convidou participantes a contribuir com perguntas, sugestões e reflexões sobre a execução dos compromissos após metade da execução do plano.

Nas seções a seguir, serão apresentados os principais registros e destaques do 4º Diálogo com a Sociedade Civil, bem como as contribuições recebidas dos participantes.

4º Diálogo com a Sociedade Civil

O 4º Diálogo com a Sociedade Civil foi realizado em um momento central do ciclo de implementação do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto: o período de revisão obrigatória do Plano, previsto para ocorrer no segundo ano de sua execução. Essa revisão, orientada pelas diretrizes da Parceria para Governo Aberto (OGP), permite que países revisitem compromissos, atualizem prioridades e ajustem estratégias à luz dos desafios e oportunidades identificados.



Neste contexto, o 4º Diálogo buscou apresentar os principais resultados consolidados no [Relatório de Análise de Progresso do 6º Plano \(2023–2025\)](#) e promover um espaço aberto de interação com a sociedade civil para colher subsídios ao processo de revisão.

A sessão foi conduzida de forma virtual, com transmissão simultânea pelo YouTube da CGU e possibilidade de interação pelo chat. A gravação pode ser acessada por meio do link: https://www.youtube.com/live/TePBfs5un-Q?si=BGFP_R78kclaFqdu

A metodologia adotada nesta 4ª edição diferenciou-se das anteriores por estar mais orientada ao processo de revisão do Plano de Ação. A partir da apresentação do Relatório de Análise de Progresso, os participantes conheceram o estágio de execução dos compromissos, os avanços alcançados, os desafios enfrentados e as oportunidades de aprimoramento identificadas.

Um dos momentos de destaque foi o anúncio da consulta pública sobre a revisão do 6º Plano de Ação, disponibilizada na plataforma Brasil Participativo. A consulta, aberta no próprio dia do Diálogo, teve por objetivo coletar sugestões e contribuições que possam fortalecer a implementação dos compromissos do 6º Plano de Ação, propor ajustes nos marcos atuais e identificar novas ações que promovam ainda mais a transparência, a participação social e a responsabilidade pública.

A seguir, apresentam-se os principais achados identificados no Relatório de Análise de Progresso.

Apresentação do Relatório de Análise do Progresso do Plano

A apresentação do [Relatório de Análise de Progresso](#) do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto constituiu o eixo central do 4º Diálogo com a Sociedade Civil. A exposição buscou compartilhar, com transparência e objetividade, os principais achados do período 2023–2025, além de contextualizar o processo de revisão do plano, bem como sua metodologia.

Na abertura, destacou-se que esta edição do Diálogo ocorre em um momento particularmente estratégico: o segundo ano de execução do 6º Plano, etapa em que os países que adotam ciclos quadriennais, como o Brasil, devem obrigatoriamente realizar a revisão intermediária. Essa revisão envolve reavaliar prioridades, ajustar marcos, incluir novas ações ou reestruturar iniciativas.

Foi detalhado que o Relatório de Análise de Progresso resulta da combinação de diversas fontes:



- levantamento estruturado com coordenadores e equipes dos oito compromissos;
- análise dos Relatórios de Status de Execução (RSE) produzidos pela CGU;
- síntese das reuniões trimestrais de monitoramento com governo e sociedade civil.

Segundo os dados apresentados, a execução global do plano alcançou 46%. Entre os principais avanços destacados estão:

- Compromisso 1: avanços na participação social no PIT e PNL 2050;
- Compromisso 2: mapeamento de 36 conjuntos de dados anticorrupção;
- Compromisso 3: inclusão da pauta de Ciência Aberta no Livro Violeta que servira de base para a formulação da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia – ENCTI;
- Compromisso 4: estruturação da RedeLAI e realização de campanha de informação
- Compromisso 5: ampliação de articulações voltadas à implementação do modelo de referência para dados de ações afirmativas étnico-raciais;
- Compromisso 6: criação do Repositório de Educação Digital e Midiática para pessoas idosas;
- Compromisso 7: lançamento do CAF 3.0 com melhorias para o cidadão;
- Compromisso 8: mapeamentos de iniciativas governamentais de formação e ação territorial, e de movimentos, organizações e entidades que atuam na promoção da educação popular e da defesa e garantia de direitos.

Também foram apresentados desafios transversais enfrentados durante a execução:

- Rotatividade de equipes e coordenações;
- Diminuição da participação dos atores;
- Baixa integração entre órgãos;
- Dificuldade de mensuração de alguns indicadores;
- Restrições do período eleitoral de 2026;
- Sustentabilidade e continuidade das ações.

Após a visão geral, os coordenadores foram convidados a apresentar panorama dos oito compromissos, conforme detalhado a seguir:

Compromisso 1: Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura

Avanço: 47% de execução



Principais Resultados:

- Realização de eventos e ações participativas do PNL 2050;
- Melhorias nas funcionalidades do ObrasGov.br;
- Diagnóstico de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura;
- Menção honrosa na Cúpula Global da OGP – 2025.

Principais Desafios:

- Articulação complexa entre múltiplos órgãos;
- Insuficiência de ações voltadas à institucionalização das transformações; em transparência e participação social.

Compromisso 2: Dados para o Enfrentamento Coletivo da Corrupção

Avanço: 63% de execução

Principais Resultados:

- Mapeamento de 36 conjuntos de dados relevantes;
- Abertura de novas bases e informações (responsabilização, leniência, emendas).

Principais Desafios:

- Capacidade operacional;
- Diversidade temática;
- Mobilização de atores diversos.

Compromisso 3: Práticas Colaborativas para a Ciência e a Tecnologia

Avanço: 38% de execução

Principais Resultados:

- Inclusão de ações de ciência aberta no Livro Violeta;
- Ampliação do debate público sobre Ciência Aberta;
- Consolidação do Observatório de Ciência Aberta do Brasil (OCABr).

Principais Desafios:

- A falta de tempo e sobrecarga de trabalho;



- Rotatividade dos representantes;
- Resistência e desinformação sobre o conceito e os princípios da Ciência Aberta.

Compromisso 4: Cultura de Acesso à Informação

Avanço: 41% de execução

Principais Resultados:

- Estruturação da RedeLAI com 45 membros de Estados, capitais e da sociedade civil;
- Desenvolvimento de campanhas de divulgação e capacitação.

Principais Desafios:

- Mudança na equipe;
- Integração com outros fóruns de participação.

Compromisso 5: Dados de Ações Afirmativas Étnico-Raciais

Avanço: 25% de execução

Principais Resultados:

- Avanço no diálogo voltado à revisão de metodologias e alinhamento de contribuições técnicas para a consolidação dos dados sobre ações afirmativas;
- Articulação com espaços políticos como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

Principais Desafios:

- Mudanças de equipe e capacidade operacional do MIR;
- Integração de dados e a articulação interinstitucional.

Compromisso 6: Educação Digital e Midiática para Pessoas Idosas

Avanço: 45% de execução



Principais Resultados:

- Implementação do Repositório Nacional de Educação Digital;
- Definição da metodologia de participação efetiva das pessoas idosas;
- Versão preliminar do currículo de educação digital e midiática.

Principais Desafios:

- Rotatividade de representantes institucionais;
- Baixo engajamento de órgãos governamentais estratégicos;
- Participação efetiva das pessoas idosas.

Compromisso 7: Melhores Serviços para Agricultura Familiar

Avanço: 65% de execução

Principais Resultados:

- Jornada do Usuário do serviço do CAF;
- Lançamento do CAF 3.0 com interface modernizada e integrado a outras bases de dados;
- Capacitação de colaboradores e usuários.

Principais Desafios:

- Corte orçamentário no MDA;
- Incompatibilidade de agendas entre os órgãos parceiros;
- Baixo envolvimento de alguns parceiros da sociedade civil e do governo.

Compromisso 8: Participação Social e Educação Popular nos Territórios

Avanço: 45% de execução

Principais Resultados:

- Mapeamento de políticas públicas, entidades, movimentos e práticas de educação popular nos territórios;
- Realização de Seminários Regionais de Participação Social com Educação Popular.

Principais Desafios:

- Tempo de implementação;



- Complexidade dos marcos;
- Centralização das ações na equipe da SNPS/SG-PR.

Os participantes foram incentivados a enviar perguntas e comentários por meio do chat do YouTube, que foram sistematizados pela equipe de apoio e repassados à moderadora para condução do debate.

Contribuições dos Participantes

Durante o 4º Diálogo com a Sociedade Civil, o chat da transmissão ao vivo no YouTube funcionou como espaço de interação entre participantes, coordenadores de compromisso e a equipe organizadora.

A seguir, apresentam-se os principais comentários reunidos ao longo do evento.

Bacana esse relato da intensa colaboração de sociedade civil e academia no compromisso 6.

Brasil se destaca pela presença do tema ciência aberta em diferentes planos de ação de governo aberto.

Excelente compromisso para a agricultura familiar. O CAF é a porta de entrada para as políticas públicas da agricultura familiar. Compromisso 1 é desafiador, complexo. E uma boa referência/experiência para todos nós acompanharmos.

Uma questão importante para o Compromisso 1 é avançar na institucionalização de mudanças estruturantes de transparência e participação social nas políticas de infraestrutura de transportes e energia.

Na mesma linha, uma questão chave é que planos setoriais como o PNL 2050, com critérios consistentes, sirvam de fato na escolha de projetos prioritários de infraestrutura.

Na próxima fase do Compromisso 1, temos conversado sobre a possibilidade de abordar o tema transição energética justa, à luz das políticas nacionais e discussões no âmbito da COP 30.

Consulta Pública

Entre os dias 01 e 19 de dezembro de 2025, foi aberta na Plataforma [Brasil Participativo](#) a consulta pública destinada ao recebimento de contribuições para aprimorar os compromissos estabelecidos, propor ajustes e sugerir novas ações que fortaleçam o 6º Plano de Ação Nacional.

Para tanto, os participantes foram convidados a responder as seguintes questões:



- O que você acha que poderia ser melhorado na execução do 6º Plano de Ação?
- Você tem sugestões de mudanças nas ações e etapas (marcos) dos compromissos para que eles tragam melhores resultados?
- Você tem ideias de novas ações ou iniciativas (marcos) que poderiam ajudar a melhorar os compromissos atuais? Quais?
- Como o governo pode incentivar mais a participação da sociedade civil na execução dos compromissos?
- Você conhece algum órgão ou instituição da sociedade civil que poderia ajudar a fortalecer a execução dos compromissos? Quais?
- Como o governo poderia melhorar a divulgação da execução do Plano de Ação para facilitar o acompanhamento e a participação da sociedade?
- Já participou de outras consultas públicas de planos de ação de governo aberto?

A seguir, são apresentadas as contribuições recebidas.

Contribuição 1

O que você acha que poderia ser melhorado na execução do 6º Plano de Ação?

“O Plano está de parabéns. Aos poucos vocês irão alinhando com as necessidades da população”.

Você tem sugestões de mudanças nas ações e etapas (marcos) dos compromissos para que eles tragam melhores resultados?

“Sim, melhoria de comunicação com o Cidadão”.

Você tem ideias de novas ações ou iniciativas (marcos) que poderiam ajudar a melhorar os compromissos atuais? Quais?

“Sim, Tecnologia e inovação, investimento em universidade e preservação ambiental”.

Como o governo pode incentivar mais a participação da sociedade civil na execução dos compromissos?

“Divulgação em mídias do governo, com autonomia e credibilidade no Jornalismo”.

Você conhece algum órgão ou instituição da sociedade civil que poderia ajudar a fortalecer a execução dos compromissos? Quais?



“MPF, PSB”.

Como o governo poderia melhorar a divulgação da execução do Plano de Ação para facilitar o acompanhamento e a participação da sociedade?

“Transparência e Ética Pública”.

Já participou de outras consultas públicas de planos de ação de governo aberto?

“Sim”

Contribuição 2

O que você acha que poderia ser melhorado na execução do 6º Plano de Ação?

“Todas as ações devem focar a partir das escolas primárias, do ensino fundamental, porque neste fase em que a educação é obrigatória é o caminho mais curto para atingir/abrir crianças e adultos ao mesmo tempo; Toda e qualquer linha de crédito/financiamento disponibilizada devem ser antecedida de, no mínimo, 16h, de educação ambiental/crise climática e organização comunitária/associativa/cooperativa (ministrada pelas academias/IFs escolas técnicas, etc.) para que haja interação e inter-relação entre os diversos saberes e seja disponibilizada acesso ao mínimo de consciência necessária a cidadania”.

Você tem sugestões de mudanças nas ações e etapas (marcos) dos compromissos para que eles tragam melhores resultados?

“Todas as ações devem focar a partir das escolas primárias, do ensino fundamental, porque neste fase em que a educação é obrigatória é o caminho mais curto para atingir/abrir crianças e adultos ao mesmo tempo; Toda e qualquer linha de crédito/financiamento disponibilizada devem ser antecedida de, no mínimo, 16h, de educação ambiental/crise climática e organização comunitária/associativa/cooperativa (ministrada pelas academias/IFs escolas técnicas, etc.) para que haja interação e inter-relação entre os diversos saberes e seja disponibilizada acesso ao mínimo de consciência necessária a cidadania”.

Você tem ideias de novas ações ou iniciativas (marcos) que poderiam ajudar a melhorar os compromissos atuais? Quais?

“Todas as ações devem focar a partir das escolas primárias, do ensino fundamental, porque neste fase em que a educação é obrigatória é o caminho mais curto para atingir/abrir crianças e adultos ao mesmo tempo; Toda e qualquer linha de crédito/financiamento disponibilizada devem ser antecedida de, no mínimo, 16h, de educação ambiental/crise climática e organização comunitária/associativa/cooperativa (ministrada pelas academias/IFs escolas técnicas, etc.) para que haja interação e inter-relação entre os diversos saberes e seja disponibilizada acesso ao mínimo de consciência necessária a cidadania”.



Como o governo pode incentivar mais a participação da sociedade civil na execução dos compromissos?

“Todas as ações devem focar a partir das escolas primárias, do ensino fundamental, porque neste fase em que a educação é obrigatória é o caminho mais curto para atingir/abrir crianças e adultos ao mesmo tempo; Toda e qualquer linha de crédito/financiamento disponibilizada devem ser antecedida de, no mínimo, 16h, de educação ambiental/crise climática e organização comunitária/associativa/cooperativa (ministrada pelas academias/IFs escolas técnicas, etc.) para que haja interação e inter-relação entre os diversos saberes e seja disponibilizada acesso ao mínimo de consciência necessária a cidadania”.

Você conhece algum órgão ou instituição da sociedade civil que poderia ajudar a fortalecer a execução dos compromissos? Quais?

“MEC e MinC Todas as ações devem focar a partir das escolas primárias, do ensino fundamental, porque neste fase em que a educação é obrigatória é o caminho mais curto para atingir/abrir crianças e adultos ao mesmo tempo; Toda e qualquer linha de crédito/financiamento disponibilizada devem ser antecedida de, no mínimo, 16h, de educação ambiental/crise climática e organização comunitária/associativa/cooperativa (ministrada pelas academias/IFs escolas técnicas, etc.) para que haja interação e inter-relação entre os diversos saberes e seja disponibilizada acesso ao mínimo de consciência necessária a cidadania”.

Como o governo poderia melhorar a divulgação da execução do Plano de Ação para facilitar o acompanhamento e a participação da sociedade?

“Todas as ações devem focar a partir das escolas primárias, do ensino fundamental, porque neste fase em que a educação é obrigatória é o caminho mais curto para atingir/abrir crianças e adultos ao mesmo tempo; Toda e qualquer linha de crédito/financiamento disponibilizada devem ser antecedida de, no mínimo, 16h, de educação ambiental/crise climática e organização comunitária/associativa/cooperativa (ministrada pelas academias/IFs escolas técnicas, etc.) para que haja interação e inter-relação entre os diversos saberes e seja disponibilizada acesso ao mínimo de consciência necessária a cidadania”.

Já participou de outras consultas públicas de planos de ação de governo aberto?

“Todas as ações devem focar a partir das escolas primárias, do ensino fundamental, porque neste fase em que a educação é obrigatória é o caminho mais curto para atingir/abrir crianças e adultos ao mesmo tempo; Toda e qualquer linha de crédito/financiamento disponibilizada devem ser antecedida de, no mínimo, 16h, de educação ambiental/crise climática e organização comunitária/associativa/cooperativa (ministrada pelas academias/IFs escolas técnicas, etc.) para que haja interação e inter-relação entre os diversos saberes e seja disponibilizada acesso ao mínimo de consciência necessária a cidadania”.



Contribuição 3

Como o governo pode incentivar mais a participação da sociedade civil na execução dos compromissos?

“Pagando”.

Contribuição 4

O que você acha que poderia ser melhorado na execução do 6º Plano de Ação?

“No que se refere ao Compromisso 1 (Transparência e Participação Social em grandes obras de infraestrutura): - Envolvimento de órgãos federais que ainda não se engajaram no processo, como a Casa Civil/PR, TCU e o BNDES. - Foco para o fortalecimento de vínculos obrigatórios entre processos de seleção de projetos a serem encaminhados ao PPA, PPI e PAC e o planejamento setorial, a exemplo do PNL 2050”.

Você tem sugestões de mudanças nas ações e etapas (marcos) dos compromissos para que eles tragam melhores resultados?

“Garantia de maior integração entre os marcos do Compromisso 1, tanto em termos conceituais como operacionais. - No Marco 7, desenvolver material didático e treinamentos com gestores públicos sobre a importância da transparência e participação para a qualidade de políticas de infraestrutura, assim como meios práticos para avançar na sua implementação”.

Você tem ideias de novas ações ou iniciativas (marcos) que poderiam ajudar a melhorar os compromissos atuais? Quais?

“Inclusão do tema “Transição Energética Justa” no Compromisso 1, considerando a sua relevância estratégica para o país, e as dificuldades históricas de transparência e participação em políticas públicas para o setor de energia. - Contribuir para propostas de internalização do direito à consulta livre, previa e informada nos processos decisórios sobre políticas, planos e projetos de infraestrutura. - Institucionalização de instrumento como Avaliação Ambiental Estratégica, com metodologia participativa, para aplicar ao planejamento de corredores logísticos, capaz de analisar impactos sinérgicos e cumulativos, e alternativas”.

Como o governo pode incentivar mais a participação da sociedade civil na execução dos compromissos?

“Mais eventos para receber contribuições de representantes de movimentos sociais, a exemplo do seminário “Planejamento Estratégico no Setor de Transportes: Caminhos para a Sustentabilidade com Transparência e Participação Social” realizado em setembro de 2024”.



Você conhece algum órgão ou instituição da sociedade civil que poderia ajudar a fortalecer a execução dos compromissos? Quais?

“Existem membros do GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental que poderiam contribuir para o Plano de Ação, especialmente no Compromisso 1, que ainda não se engajaram. Poderíamos colaborar com a CGU para ampliar a divulgação do Plano de Ação neste sentido”.

Como o governo poderia melhorar a divulgação da execução do Plano de Ação para facilitar o acompanhamento e a participação da sociedade?

“Estabelecer um plano de comunicação estratégico para o Plano de Ação”.

Já participou de outras consultas públicas de planos de ação de governo aberto?

“Sim”

Conclusão

A 4^a edição do Diálogo com a Sociedade Civil reforçou a transparência e a participação no processo de implementação do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto. Realizado no momento estratégico de revisão intermediária do Plano, o encontro permitiu apresentar os principais resultados alcançados no período 2023–2025, discutir desafios e identificar oportunidades de aprimoramento para a segunda metade do ciclo.

A consulta pública representou um passo adicional e relevante para o aprofundamento da participação social no processo de revisão do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto. Ao disponibilizar um canal aberto e acessível para o envio de contribuições, a iniciativa ampliou as possibilidades de engajamento de diferentes atores, permitindo que sugestões e recomendações da sociedade fossem incorporadas de forma estruturada ao processo de revisão.

A experiência do 4º Diálogo consolida, assim, o papel dessa iniciativa como instrumento permanente de monitoramento, aprendizagem e cooperação. Ao fortalecer a interlocução entre governo e sociedade sobre a execução e o aperfeiçoamento dos compromissos, o Diálogo contribui para o avanço do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto e também para o fortalecimento da cultura de governo aberto.

